

---

## APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ: POLÍTICAS E GESTÃO NA/DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DEMOCRACIA E DIREITOS DAS CRIANÇAS

---

*Luciane Muniz Ribeiro Barbosa<sup>1</sup>*

*Maria Aparecida Guedes Monção<sup>2</sup>*

*Bianca Cristina Correa<sup>3</sup>*

O contexto atual, marcado por crises humanitárias, sanitárias e política, nos desafia a encontrar caminhos para garantir os direitos fundamentais dos bebês e das crianças, pautados na democracia e na justiça social. A busca por alternativas é urgente e, ao mesmo tempo, complexa, especialmente diante de um panorama mundial em que o neoliberalismo avança a passos largos e provoca perdas de direitos trabalhistas e aumento das desigualdades sociais, concomitantemente com o fortalecimento de ideias e grupos conservadores e autoritários que desejam permanecer no poder e exercer relações de dominação e subjugação (SILVA, MACIEL, FRANÇA, 2020). Tais grupos ou líderes promovem o medo e a violência, reafirmando preconceitos, interesses individuais e corporativos que se opõem à diversidade, à pluralidade de ideias e ao bem comum, tal como ocorreu em outros momentos históricos em regimes totalitários nos quais se deu o controle das liberdades, dos corpos e da vida de homens, mulheres e crianças.

É neste cenário que a proposta deste Dossiê tomou forma, motivada pelo compromisso de pesquisadoras e pesquisadores com a educação e a democracia que desejam contribuir para o rompimento da invisibilidade dos bebês, das crianças e das instituições de educação públicas que elas frequentam, bem como para uma educação com qualidade, permeada por relações democráticas que as considerem como cidadãs ativas em

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, SP - Brasil. Professora - Faculdade de Educação (FE) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP - Brasil. **E-mail:** [lumuniz@unicamp.br](mailto:lumuniz@unicamp.br)

<sup>2</sup> Doutora em Educação - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, SP - Brasil. Professor Associado I - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Campinas, SP - Brasil. **E-mail:** [maguedes@unicamp.br](mailto:maguedes@unicamp.br)

<sup>3</sup> Doutorado em Educação - Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação (USP). São Paulo, SP - Brasil. Professora Associada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP) - Ribeirão Preto, SP - Brasil. **E-mail:** [biancacorrea@ffclrp.usp.br](mailto:biancacorrea@ffclrp.usp.br)

**Submetido em:** 29/10/2023 - **Aceito em:** 13/01/2023 - **Publicado em:**

seu processo de formação. Pretende-se socializar estudos resultantes de pesquisas acadêmicas e de esforços envidados para garantia dos direitos das crianças, previstos na legislação nacional e internacional, como uma forma de contribuir para o fortalecimento de práticas, políticas e pesquisas, especialmente aquelas destinadas aos bebês e crianças que frequentam as instituições de Educação Infantil. Nesse sentido, destacam-se como eixos fundamentais para tais defesas as políticas públicas de Educação Infantil e a Gestão na/da Educação infantil, temas sobre os quais se debruçam os artigos que compõem este Dossiê.

As políticas públicas de Educação Infantil revelam-se fruto de uma trajetória de lutas e disputas em torno de direitos sociais e da necessidade de o Estado assumir a responsabilidade com a educação das crianças pequenas (ROSEMBERG, 2003). A Educação Infantil ainda não se efetiva como um direito de todas as crianças, quer seja no âmbito nacional, em que se constata o contraste do direito legal com a ausência de políticas e investimentos efetivos nessa, considerada como primeira da educação Básica; quer seja na realidade de outros países que não contemplam o atendimento para bebês e crianças pequenas como um direito universal.

Neste contexto, no artigo “Formação estética na Educação Infantil como ato político”, as pesquisadoras Erika N. Fernandes de Andrade e Maria Franciane Bezerra de Oliveira enfatizam a relevância do trabalho com a estética nessa etapa educacional como direito das crianças e um potente recurso de humanização, e afirmam que a partilha do sensível precisa compor seu desenvolvimento profissional. Em ambos os casos, as autoras evidenciam de modo bastante instigante como estética e política estão umbilicalmente relacionadas numa perspectiva democrática.

No artigo “O marco legal da Primeira Infância: a lógica do empreendedorismo, o modelo das coalizões advocatórias e a governança heterárquica”, as pesquisadoras Celia Regina Serrão e Camila Xavier analisam a referida lei aprovada em 2016 e evidenciam suas contradições. As autoras discutem como influências externas, sobretudo advindas de organismos estadunidenses que há muito têm interferido nos rumos das políticas de educação infantil brasileiras, ainda impactam em sua organização. Novos atores têm se apresentado no âmbito nacional com grande capacidade de influência, tais como a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. O artigo nos instiga a refletir como a lógica privatista na gestão da educação infantil, que tem avançado, pode afetar o que foi afirmado em nossa Constituição Federal de 1988, ou seja, que a educação infantil de qualidade é direito de toda criança.

Visando ampliar as reflexões sobre os desafios para a formulação e implementação de políticas para a promoção da justiça social e democratização do acesso e permanência dos bebês e das crianças na Educação Infantil, constam nessa parte do Dossiê dois textos de distintos contextos e matrizes teóricas: no artigo “Towards Democratic Culture and Political Practice in Early Childhood Education: the case for transformative change at a time of converging crisis”, dos pesquisadores Peter Moss e Diana dos Santos Sousa, é apresentada a importância de uma cultura democrática para a educação da infância. Por meio de exemplos de diferentes projetos, os autores apontam para a necessidade de mudanças relacionadas à concepção de criança e infância, tipos de pedagogia, entre outros processos, rumo à cultura democrática.

Fruto de um trabalho de síntese resultante de décadas de investigação sobre o tema, a pesquisadora Maria Victoria Peralta nos convida a voltarmos os olhares para a região da América Latina. No artigo “Reseña del Desarrollo de los Currículos Nacionales Oficiales para la Primera Infancia en America Latina y sus Relaciones con las Políticas Públicas” nos é apresentada uma análise histórica e conceitual dos currículos nacionais oficiais para a educação infantil no contexto latino-americano. Diante das complexas exigências dos tempos atuais, sobretudo pós-pandemia, a autora reflete, ainda, sobre a necessidade de ampliação e integração de tais currículos, sem que perca de vista a criança como sujeito de direitos.

Na segunda parte do Dossiê aborda-se a dimensão da Gestão na/da Educação Infantil, compreendida a partir do princípio constitucional que afirma a Democracia como uma forma de participação de todos os atores envolvidos nos sistemas de ensino e nas instituições educativas, por meio de estratégias de compartilhamento do poder que buscam promover uma educação com justiça social (ARROYO, 2020) e a efetivação de uma proposta pedagógica centrada na garantia dos direitos das crianças.

Destacam-se dois artigos que abordam componentes constitutivos da Gestão Democrática em momentos distintos na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em que a democratização das relações internas nas unidades de educação infantil, bem como a constituição de coletivos, contribuíram para a ampliação da participação dos sujeitos que compõem a escola e para a efetivação de ações formativas que impactaram positivamente o trabalho pedagógico e favoreceram a legitimação dos direitos das crianças e suas famílias.

O artigo “Escolas Municipais de Educação Infantil na Cidade de São Paulo de 1989 a 1992: o Legado de Paulo Freire para o currículo e a gestão”, de autoria da pesquisadora Iracema Santos do Nascimento, analisa o movimento de reorientação curricular, focalizando as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) que atendiam as crianças de 4 a 6 anos, destacando como os princípios freirianos sustentaram a proposta e os impactos promovidos na rede que perduram até os dias atuais.

Também no âmbito da Gestão da Educação Infantil, a pesquisadora Cileda Santos Sant’Anna Perrella, no artigo denominado “Regimento da Creche/Cei: antecedentes históricos e demandas atuais na democratização da Gestão” situa e analisa mais um instrumento potente para efetivar a gestão democrática e fortalecer os canais de participação que podem contribuir para a análise do cotidiano e a efetivação dos direitos das crianças.

Por fim, em uma perspectiva de análise inovadora sobre a reconhecida e prestigiada proposta pedagógica para a Educação Infantil advinda da cidade italiana da Emilia-Romagna, o artigo “Mudanças e Permanências na Gestão da Educação Infantil em Reggio Emilia”, de autoria da pesquisadora Maria Aparecida Antero Correia, analisa a configuração da educação de zero a seis anos naquela região, suscitando reflexões sobre os desafios que ainda precisam ser percorridos para se alcançar uma Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade para todos os bebês e crianças.

Assim, este Dossiê é um convite para ampliar as reflexões sobre a Educação Infantil, enfatizando a importância da formulação e implementação das políticas públicas, bem como das ações de democratização das creches, pré-escolas e do sistema de ensino para efetivação de um atendimento de qualidade socialmente referenciada. Ousa, ainda, convidar não apenas educadores e pesquisadores da primeira infância, mas toda a sociedade civil a se mobilizar em defesa da garantia dos direitos dos bebês e crianças.

## REFERÊNCIAS:

APPLE, Michael; BEANE, James. **Escolas democráticas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Gestão da Educação com Justiça Social. Que Gestão dos Injustiçados? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 36, n. 2, p. 768-788, ago. 2020.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Gestão democrática: recuperar sua radicalidade política? In:

© ETD – Educação Temática Digital | Campinas, SP | v.25 | e023064 | p. 1-5 | 2023

CORRÊA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise Oliveira (org.). **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008. p. 39-56.

CAMPOS, Maria Malta; FÜLLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, 2006.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. 6. ed. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.

CORREA, B. A educação infantil sob a lógica do empreendedorismo e dos “Negócios de Impacto Social”. **Educação em Revista** [online]. v. 36, 2020.

MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes; BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro [org.]. **Políticas públicas de educação infantil: diálogos com o legado de Fúlvia Rosemberg**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 524p.

MOSS, Peter. Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 417-436, jul./set. 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 7-40, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. Sísifo e a educação infantil brasileira. **Pro-posições**, Campinas, SP, v. 14, n. 1 (40), p. 177-194, jan./abr. 2003.

SILVA, Segislane Moésia Pereira da, MACIEL, Valnise Verás; FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 2, p. 256-265, 2020.